

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ OTÁVIO BELINAZO BATISTA

REDUÇÃO DE CUSTOS NO CIRCUITO DE CORRIDAS DE RUA DE CURITIBA



CURITIBA

2016

LUIZ OTÁVIO BELINAZO BATISTA

## REDUÇÃO DE CUSTOS NO CIRCUITO DE CORRIDAS DE RUA DE CURITIBA

Projeto Técnico apresentado para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, do Departamento de Administração Geral e Aplicada, Setor de Ciências Exatas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. José Wladimir Freitas da Fonseca

CURITIBA

2016

## **RESUMO**

O presente estudo se propôs a reduzir o custo do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba, verificando os possíveis desperdícios de insumos e objetivando o melhor aproveitamento do recurso humano empregado nos eventos. Para tanto foram analisadas as demandas de materiais, horas extras e horas dsr's necessárias para a realização do circuito, onde se constatou a necessidade da redução de horas dsr. A proposta técnica para a solução do problema foi a contratação de staffs para substituir os professores empregados nos eventos mantendo o apoio dos militares, reduzindo assim o custo da folha de pagamento no Circuito de Corridas. No entanto, verificou-se que a redução de custo só ocorreria se o apoio dos militares se efetivasse, pois sem o apoio deles, o custo do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba não reduzirá.

Palavras chave: corrida de rua, professores, redução de custos.

## **ABSTRACT**

This study aimed to reduce the cost of Curitiba Street Racing Circuit, checking the possible waste of raw materials and aiming at the best use of human resources employed in the events. Therefore, we analyzed the demands of materials, overtime and hours DSR's necessary to carry out the circuit, which demonstrated the need for reduction dsr hours. The technical proposal for solving the problem was to hire staffs to replace teachers employed in the events keeping the support of the military, thus reducing the payroll cost in Racing Circuit. However, it was found that the cost reduction would only occur if the support of the military is efetivasse because without their support, the cost of Curitiba Street Racing Circuit will not reduce.

Keywords: street racing, teachers, cost reduction.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - demonstrativo do valor das horas dsr (descanso semanal remunerado) de cada servidor por etapa do Circuito de Corridas de Rua CURITIBA 2015.....	12
<b>Quadro 2</b> - demonstrativo dos recursos investidos no Circuito de Corridas de Rua CURITIBA 2015.....	13
<b>Quadro 3</b> - previsão de custo utilizando doze professores por evento no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016.....	16
<b>Quadro 4</b> - previsão de custo utilizando os staffs do pregão eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD, sem a participação dos militares como staffs, no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016.....	16
<b>Quadro 5</b> - previsão de custo utilizando os staffs do pregão eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD, com a participação dos militares como staffs, no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016.....	16

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>CBA</b>	- Confederação Brasileira de Atletismo
<b>SEPLAD</b>	- Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
<b>SETRAN</b>	- Secretaria Municipal de Trânsito
<b>SMELJ</b>	- Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
1.1	Apresentação	6
1.2	Objetivo Geral	6
1.3	Objetivos Específicos	6
1.4	Justificativa	6
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>8</b>
2.1	Corrida de Rua e Políticas Públicas	8
<b>3</b>	<b>DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA</b>	<b>10</b>
3.1	Descrição geral da organização	10
3.2	Diagnóstico da situação-problema	11
<b>4</b>	<b>PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA</b>	<b>14</b>
4.1	Proposta técnica	14
4.1.1	Plano de implantação	14
4.1.2	Recursos	15
4.1.3	Resultados esperados	15
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>20</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>22</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Apresentação**

A corrida de rua, na concepção de Evangelista (2014), se tornou uma das modalidades esportivas mais praticadas em nosso país na atualidade, conseguindo reunir em um único evento milhares de pessoas. Com isto, a necessidade de oferecer para a população curitibana esta modalidade de maneira gratuita ficou evidente. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, oferece a seus munícipes a oportunidade de participar do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba, o qual é constituído por quatro etapas no ano, com vagas para quatro mil pessoas por etapa.

Para sustentar a oferta desta atividade, o recurso financeiro empregado é considerável, utilizando um terço do orçamento anual do Departamento de Esporte da SMELJ. Logo, pretendeu-se com este estudo encontrar formas de reduzir este custo.

### **1.2 Objetivo Geral**

Com o presente estudo, pretendeu-se reduzir em até 5% (cinco por cento) os custos do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba.

### **1.3 Objetivos Específicos**

Para atingir a meta de redução de custos do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba em até 5%, foram necessários otimizar os recursos disponíveis e diagnosticar possíveis desperdícios nos insumos utilizados e no recurso humano empregado na realização dos eventos.

### **1.4 Justificativa**

O ano de 2015 foi marcado por momentos de crise econômica, não tendo previsão de melhoras para o ano de 2016. Os recursos empreendidos nas Corridas de Rua promovidas pela SMELJ são consideráveis e impactam diretamente no orçamento anual do Departamento de Esporte. O retorno dado à sociedade com estes eventos é muito



positivo, pois possibilita a busca pela qualidade de vida e a prática de exercícios físicos gratuitamente. Desta forma, a redução dos custos se faz necessária, vislumbrando um cenário de retração econômica em 2016, onde a arrecadação dos impostos será menor e o gasto público permanecerá igual, afetando diretamente o orçamento das Secretarias da Prefeitura de Curitiba. Acreditamos que será significativo se reduzirmos os custos do Circuito de Corridas de Rua de Curitiba em 5%, pois a infraestrutura utilizada e o recurso humano utilizado são enxutos, o que não nos possibilita grandes economias.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Corrida de Rua e Políticas Públicas**

Nos últimos anos a corrida de rua vem ganhando espaço na sociedade, conquistando cada vez mais adeptos, e, por consequência deste aumento de praticantes, o mercado em torno da corrida de rua também cresceu, ocasionando um aumento exponencial no número de provas (DALLARI, 2009). Juntamente com isto, a preocupação da população em relação ao seu nível de atividade física se elevou, ocasionando um aumento significativo na procura pelas atividades oferecidas pela SMELJ nos últimos dois anos. Podemos constatar este dado no relatório de gestão de 2015, onde o número de participantes em corridas de rua na cidade de Curitiba foi de 96.037 pessoas, um aumento de 41% em relação ao ano de 2014.

Proni (2011) apresenta a corrida de rua como um esporte com uma peculiaridade em relação à maioria das demais modalidades. Para o autor a corrida de rua é capaz de congrega em um único evento atletas de elite, atletas de alto rendimento, que competem como profissão e recebem por isso, e atletas amadores, que por vezes competem apenas por lazer sem se preocupar com resultados e desempenho. Observamos também que, a atividade física cada vez mais se estabelece como solução para que as pessoas possam buscar o equilíbrio diante das tarefas do dia a dia, entre o trabalho e a vida pessoal, corroborando para o aumento da prática de exercícios regulares (ZANINELLI, 2014). Acreditamos que mesmo sendo amadores, existem aqueles atletas dedicam grande parte de sua rotina diária, conciliando o esporte ao trabalho e treinam em busca de melhoria de desempenho e outros que apenas correm como uma forma de lazer e busca pela saúde e sua participação em eventos de corrida é mais despreocupada com o rendimento técnico.

Segundo Gonçalves (2001), o crescimento da modalidade se deve a alguns fatores deste esporte, como o fácil acesso da população apta, baixo custo para os organizadores de eventos e iniciativa pública e baixo custo para a sua prática e treinamento, a caracterizando como uma atividade física popular de massa, além de uma interessante opção de lazer. Em nosso país, quando pensamos em ações do Estado no campo esportivo e a partir da consideração do esporte como um direito social, precisamos partir do momento em que o Estado intervém nesta área. Segundo Manhães (2002) essa intervenção do Estado no campo do esporte ocorre primeiramente no período do Estado Novo (1930-1945). Porém, o esporte passa a ser considerado como um “direito social”

apenas com a formulação da Constituição Federal em 1988. Portanto, o fator social da corrida de rua é de extrema importância, uma vez que está na Constituição Federal o direito de acesso do cidadão ao esporte e lazer.

Diagnosticando na sociedade curitibana a necessidade de políticas públicas voltadas para a corrida de rua, uma vez que este esporte é considerado uma das manifestações culturais que mais tem apresentado transformações positivas perante a sociedade (MARCHI JUNIOR, 2001), a SMELJ oferta aulas desta modalidade em seis de seus dez núcleos regionais de esporte, lazer e juventude. Cerca de quatrocentos alunos praticam esta atividade de duas a três vezes na semana nestes núcleos.

Em Curitiba existe o Circuito de Corridas de Rua de Curitiba, o qual é composto por quatro etapas anuais, onde são ofertadas quatro mil vagas (por etapa) para toda a população, para se inscreverem gratuitamente. Acreditamos que este seja um grande incentivo para as pessoas participarem das atividades oferecidas pela SMELJ, uma vez que, há um objetivo maior, que é participar de um grande evento. Não obstante, percebemos que ainda há falta de políticas públicas direcionadas para a corrida de rua, como uma forma de aperfeiçoar os espaços e os recursos humanos empregados pelas prefeituras de maneira geral (BASTOS, 2009), para proporcionar um incremento no nível de atividade física da população.

Ao considerarmos que as ações realizadas pelos gestores públicos ocasionam efeitos na vida dos cidadãos, concordamos com Starepravo (2011, p. 178), para quem as políticas públicas são “uma estratégia de intervenção e regulação do Estado, que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade”, vimos que Curitiba possui políticas públicas voltadas para a corrida de rua. Ao afirmarmos isto, entendemos que oferecer ao cidadão aulas gratuitas e sistemáticas, um campeonato anual para motivá-lo a prática do exercício físico, conseguindo mantê-lo ativo fisicamente, é uma política pública de relevante valor para a sociedade.

### 3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO - PROBLEMA

#### 3.1 Descrição geral da organização

- Nome: Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba.
- Origem: A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), órgão de natureza fim da administração direta da Prefeitura Municipal de Curitiba, criada em 1997, teve sua nomenclatura alterada pela Lei Municipal nº 13.865, de 04 de novembro de 2011, passando a se chamar Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), sendo acrescida a ela a competência de “articular a política da juventude com os demais órgãos da administração municipal”.
- Área de atuação: desenvolver projetos nas áreas de esporte, lazer e atividade física para os diferentes segmentos da população; ofertar uma programação sistemática de atividade física, esportiva e de lazer, com ênfase na adoção de hábitos saudáveis e na qualidade de vida; orientar, valorizar e ampliar o esporte e lazer comunitário; oportunizar o aperfeiçoamento técnico e contínuo da equipe; intensificar a promoção de eventos esportivos nas suas três manifestações participação, educação e rendimento; incrementar ações promotoras do protagonismo juvenil; e aprimorar a prestação dos serviços com o acompanhamento e a readequação das ações.
- Produtos: Incentivo Financeiro a projetos Esportivos – Lei Municipal de Incentivo ao esporte, Campanhas de Contrapartida Social, Orientação e capacitação para captação de recursos na área esportiva, Captação de recursos para o desenvolvimento do esporte, Circuito Adulto de Corria de Rua, Circuito Infantil de Corria de Rua, Jogos Escolares de Curitiba, Jogos Escolares Paradesportivos de Curitiba, Jogos Femininos, entre outros.
- Orçamento anual: R\$ 51.655.000,00 (CURITIBA, 2015)
  - ✓ Custo com folha de pagamento: R\$ 25.887.000,00 (CURITIBA, 2015).
  - ✓ Investimento (obras/reformas): R\$ 16.915.000,00 (CURITIBA, 2015).
  - ✓ Verba de Custeio (licitações e outros): R\$ 8.853.000,00 (CURITIBA, 2015).
- Número de Funcionários: 290
- Instalações Físicas: A SMELJ possui atualmente 35 unidades fixas distribuídas nos Núcleos Regionais da cidade e de forma intersetorial com os demais órgãos e

entidades municipais; são eles: Sede da SMELJ, CRQVM - Centro de Referência Qualidade de Vida e Movimento, CAFI's - Centros de Atividade Física, CEL's - Centros de Esporte e Lazer e Portais do Futuro. As Academias ao Ar Livre somam até o momento 184 unidades.

### **3.2 Diagnóstico da situação – problema**

Uma das principais despesas da Prefeitura de Curitiba e também da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude é a folha de pagamento. Como podemos ver no item 3.1, do orçamento anual da SMELJ de R\$ 51.655.000,00, são destinados R\$ 25.887.000,00 para o pagamento da folha salarial dos servidores, ou seja, 50,11%. Com a diminuição da arrecadação dos impostos nos dois últimos anos, foram lançados o Decreto nº 1099/2014 (anexo A) e a Portaria nº 1685/2015 (anexo B) a fim de aperfeiçoar a utilização dos recursos na Prefeitura e por consequência nas Secretarias.

Foram analisados os itens que compõe a infraestrutura e logística do Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2015 (quadro 2), e não foi constatado nenhum item que houvesse a possibilidade de redução de custos. A SMELJ atende o que a “Norma 7 – reconhecimento e homologação de corridas de rua” da Confederação Brasileira de Atletismo (anexo 3) exige para a homologação de eventos de corrida de rua, não havendo desperdícios de recursos com outras situações. Identificamos que a única possibilidade de economia nestes eventos seria com a redução dos investimentos nos recursos humanos.

No Circuito de Corridas de Rua de Curitiba 2015, dos recursos destinados aos eventos, 14,99% são para o recurso humano empregado. O pagamento dos servidores que trabalham nestes eventos, que ocorrem aos finais de semana, é feito através da HORA DSR (descanso semanal remunerado), a qual corresponde a 1% do salário base do servidor. O impacto que este valor causa na folha de pagamento como um todo é significativo, pois as horas dsr são computadas para o 13º (décimo terceiro) salário e terço de férias. Outro fator importante é a quantidade de horas dsr, a qual é variável todo mês, e, portanto, sobrecarrega a folha de pagamento.

A Secretaria de Recursos Humanos estipulou uma quantidade limite de horas dsr por Secretaria e a adequação se fez necessária. Com a redução do número de horas dsr disponíveis para utilização, a redução do número de servidores empregados nas corridas de rua da SMELJ foi inevitável, sobrecarregando a logística do evento.

São utilizados também nos eventos de corrida de rua da SMELJ, como recurso humano, os “staffs” (pessoas que tem como funções em um evento de corrida de rua: a orientação dos corredores no percurso da corrida e orientação do trânsito, a entrega de frutas e água na dispersão, a entrega de copos de água aos atletas nos postos de água da corrida, alocação de mochilas no guarda-volumes, entre outras), os quais podem ser acadêmicos de cursos de educação física ou militares do exército. Estes “staffs” não geram custo. No entanto, são necessários entre 60 (sessenta) e 100 (cem) staffs por evento e este número não é alcançado, por diversos motivos, como o não comparecimento dos acadêmicos no dia do evento (visto que eles não recebem dinheiro para isto, apenas o certificado de horas complementares) e também outras prioridades que o exército possui na mesma data da corrida, não podendo empregar os militares nos eventos da SMELJ, o que traz grande dificuldade e risco para a realização do evento.

Os quadros abaixo demonstram em detalhes os recursos empregados para a realização destes eventos:

Quadro 1: demonstrativo do valor das horas dsr (descanso semanal remunerado) de cada servidor por etapa do Circuito de Corridas de Rua CURITIBA 2015

Servidor	TOTAL/ EVENTO - DSR	Salário Base	Valor DSR	Custo per capita	Servidor	TOTAL/E VENTO - DSR	Salário Base	Valor DSR	Custo per capita
1	17	R\$ 1.711,00	R\$ 17,11	R\$ 290,87	17	5	R\$ 6.571,00	R\$ 65,71	R\$ 328,55
2	7	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 188,23	18	17	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 457,13
3	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45	19	5	R\$ 6.392,00	R\$ 63,92	R\$ 319,60
4	5	R\$ 3.093,00	R\$ 30,93	R\$ 154,65	20	13	R\$ 2.198,00	R\$ 21,98	R\$ 285,74
5	13	R\$ 2.198,00	R\$ 21,98	R\$ 285,74	21	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45
6	13	R\$ 8.182,00	R\$ 81,82	R\$ 1.063,66	22	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45
7	5	R\$ 3.179,00	R\$ 31,79	R\$ 158,95	23	5	R\$ 4.217,00	R\$ 42,17	R\$ 210,85
8	5	R\$ 2.093,00	R\$ 30,93	R\$ 154,65	24	17	R\$ 1.862,00	R\$ 18,62	R\$ 316,54
9	5	R\$ 3.179,00	R\$ 31,79	R\$ 158,95	25	5	R\$ 10.820,00	R\$ 108,20	R\$ 541,00
10	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45	26	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45
11	13	R\$ 3.093,00	R\$ 30,93	R\$ 402,09	27	13	R\$ 9.944,00	R\$ 99,44	R\$ 1.292,72
12	5	R\$ 3.476,00	R\$ 34,76	R\$ 173,80	28	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45
13	13	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 349,57	29	6	R\$ 3.093,00	R\$ 30,93	R\$ 185,58
14	9	R\$ 7.959,00	R\$ 79,59	R\$ 716,31	30	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45
15	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45	31	5	R\$ 6.932,00	R\$ 69,32	R\$ 346,60
16	5	R\$ 2.689,00	R\$ 26,89	R\$ 134,45	32	13	R\$ 6.932,00	R\$ 69,32	R\$ 901,16
					33	5	R\$ 2.765,00	R\$ 27,65	R\$ 138,25
<b>Total Horas DSR:</b>		<b>264</b>			<b>Gasto total pagamento servidores:</b>		<b>R\$ 10.631,24</b>		

Obs: a quantidade de horas varia entre cada servidor devido a sua função no evento (ESPORTE, 2015)

Quadro 2: Demonstrativo dos recursos investidos no Circuito de Corridas de Rua CURITIBA 2015 (ESPORTE, 2015)

Infra Estrutura / Recurso Humano	Quantidades				Valor Unitário	Valor total das 4 etapas
	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa		
gradil (unid. 50m)	6	7	6	8	R\$ 262,70	R\$ 7.092,90
caixa d'água (48 copos 200ml)	350	350	350	350	R\$ 11,70	R\$ 16.380,00
cronometragem eletrônica	4000	4000	4000	4000	R\$ 6,70	R\$ 107.200,00
palco com cobertura	1	1	1	1	R\$ 4.184,00	R\$ 16.736,00
medalhas de 9cm	134	134	134	134	R\$ 6,00	R\$ 3.216,00
medalhas de 6cm	4000	4000	4000	4000	R\$ 3,40	R\$ 54.400,00
sonorização	2	2	2	2	R\$ 649,00	R\$ 5.192,00
ground box trans	1	1	1	1	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
banheiros químicos	40	40	40	40	R\$ 63,90	R\$ 10.224,00
período arbitragem atletismo (4h)	10	10	10	10	R\$ 84,20	R\$ 3.368,00
aferição de percurso	1	1	1	1	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
troféu de 30 cm	4	4	4	28	R\$ 27,90	R\$ 1.116,00
troféu de 35 cm	4	4	4	28	R\$ 35,90	R\$ 1.436,00
troféu de 40 cm	4	4	4	28	R\$ 42,90	R\$ 1.716,00
Ambulância	2	2	2	2	R\$ 906,71	R\$ 7.253,68
Lanches	80	80	80	80	R\$ 5,30	R\$ 1.696,00
Publicidade (banners)	1	0	0	0	R\$ 380,00	R\$ 380,00
<b>Nº DSR (recurso humano)</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>264</b>	<b>R\$ 10.631,24</b>	<b>R\$ 42.524,96</b>
						<b>R\$ 283.731,54</b>

Obs: o valor unitário referente às 264 (duzentas e sessenta e quatro horas) dsr foi obtido através do somatório das horas dsr de cada servidor que trabalhou no evento, conforme consta no quadro 1. O valor total das 4 (quatro) etapas, referente as horas dsr, foi obtido multiplicando o valor de R\$ 10.631,24 por quatro.

## **4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA**

### **4.1 Proposta técnica**

Para solucionar o problema de gasto público desnecessário com o pagamento de horas dsr para servidores, uma vez que estes servidores fazem o trabalho de staffs (acreditamos ser desnecessário utilizar um professor de educação física, que estudou quatro anos, para realizar as funções de staff; mesmo que, apesar do staff ser de fundamental importância, podemos utilizar recurso humano mais econômico para esta função) a proposta técnica foi a realização de um pregão eletrônico, na modalidade registro de preço (ROSA, 2012) para a contratação de staffs, com o objetivo de reduzir minimamente em 50% o número de servidores utilizados em cada etapa, buscando uma redução de 5% do valor gasto anualmente com o Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2015.

Optamos pela realização do pregão eletrônico, para termos uma empresa que nos fornecerá os staffs de acordo com o número que necessitarmos, atendendo a todas as especificações do edital e a um custo mais baixo do que o utilizado no pagamento das horas dsr dos servidores.

#### **4.1.1 Plano de implantação**

Para a realização do pregão eletrônico, foram necessárias as seguintes etapas:

- ✓ Parecer jurídico da Procuradoria de Recursos Humanos do município de Curitiba, atestando a legalidade da contratação, uma vez que, poderia ser alegado que para a função de staff de percurso poderíamos utilizar recurso humano do quadro de servidores da SMELJ;
- ✓ Estudo sobre o descritivo dos itens do pregão eletrônico (registro de preço), para não haver equívocos nas funções a serem desenvolvidas pela empresa contratada;
- ✓ Pesquisa de mercado na busca de empresas capazes de ofertar este serviço e o preço médio cobrado por staff de percurso;
- ✓ Solicitação de três orçamentos para compor o processo;
- ✓ Elaboração do pregão eletrônico;



- ✓ Encaminhamento a CPL (comissão para licitar) para os devidos encaminhamentos legais e posterior publicação.

No dia três de dezembro de dois mil e quinze, foi homologado o pregão eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD (anexo D) e feita a “ata de registro de preços”, cujo objeto é a “aquisição de staffs através do sistema de registro de preços pelo período de 12 (doze) meses”.

Com o pregão em vigor, elaboramos os percursos dos eventos e os submetemos a avaliação da Secretaria Municipal de Trânsito (SETRAN), a qual avalia o trajeto da prova e indica quantos staffs deverão ser alocados. Com base nisto, prevemos a utilização de 80 (oitenta), 67 (sessenta e sete), 75 (setenta e cinco) e 92 (noventa e dois) staffs para a realização da primeira, segunda, terceira e quarta etapas, respectivamente, do Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016, sem a participação dos militares ajudando a SMELJ na função de staff. Com a participação do exército (o qual no ano de 2015 participou com trinta militares em média por etapa), o número previsto de staffs para a primeira, segunda, terceira e quarta etapas, respectivamente, será de 50 (cinquenta), 37 (trinta e sete), 45 (quarenta e cinco) e 62 (sessenta e dois).

#### **4.1.2 Recursos**

O valor total do pregão nº 348/2015 – SEPLAD é de R\$ 93.800,00 e este recurso financeiro, necessário para a contratação dos staffs de percurso, está previsto nas dotações orçamentárias do Departamento de Esporte e Departamento de Lazer da SMELJ.

#### **4.1.3 Resultados esperados**

Fizemos uma análise do quadro 1e constatamos que é possível reduzir o número de servidores da SMELJ na corrida de rua de 33 (trinta e três) para 12 (doze), com base nas funções que cada um desempenhava no evento. Utilizaremos os staffs do pregão nº 348/2015 – SEPLAD para substituir 21 (vinte e um) professores e para fazer a função de staffs solicitados pela SETRAN.

As doze funções que não podemos colocar os staffs que serão contratados, são funções de coordenação, que exigem conhecimentos específicos e vivência prática para a sua devida realização. Na arena do evento, precisamos ter trinta e três pessoas, contando

com as funções de coordenação, (todos eram professores da SMELJ) trabalhando nos diversos setores, como: largada e chegada, guarda volumes, percurso, postos de água, materiais, entrega de kit, premiação.

Nos quadros abaixo mostramos quais são estas funções, a previsão de horas dsr que serão gastas por função e o valor despendido utilizando doze professores por evento, e a previsão de custo total com os staffs que serão contratados para atuar na arena e no percurso dos eventos.

Quadro 3: previsão de custo utilizando doze professores por evento no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016

Função de Coordenação	Número de Coordenadores por função	Total Horas Dsr por evento	Valor DSR	Custo per capita por evento	Total Horas Dsr (4 etapas)	Custo per capita do Circuito (4 etapas)
Dispersão	1	5	R\$ 26,89	R\$ 134,45	20	R\$ 537,80
Entrega de Kit	1	13	R\$ 26,89	R\$ 349,57	52	R\$ 1.398,28
Geral	1	17	R\$ 26,89	R\$ 457,13	68	R\$ 1.828,52
Guarda Volumes	1	5	R\$ 21,98	R\$ 109,90	20	R\$ 439,60
Largada e Chegada	2	10	R\$ 30,93	R\$ 309,30	40	R\$ 1.237,20
Materiais	1	14	R\$ 108,20	R\$ 1.514,80	56	R\$ 6.059,20
Percurso	1	12	R\$ 26,89	R\$ 322,68	48	R\$ 1.290,72
Postos de água	1	5	R\$ 30,93	R\$ 154,65	20	R\$ 618,60
Premiação	1	5	R\$ 31,79	R\$ 158,95	20	R\$ 635,80
Staffs	2	12	R\$ 26,89	R\$ 322,68	48	R\$ 1.290,72
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>98</b>		<b>R\$ 3.834,11</b>	<b>392</b>	<b>R\$ 15.336,44</b>

Quadro 4: previsão de custo utilizando os staffs do pregão eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD, sem a participação dos militares como staffs, no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016

Etapa	Quantidade de staffs	Valor por Etapa (R\$ 98,00 por staff)
1ª	80	R\$ 7.840,00
2ª	67	R\$ 6.566,00
3ª	75	R\$ 7.350,00
4ª	92	R\$ 9.016,00
<b>TOTAL</b>	<b>314</b>	<b>R\$ 30.772,00</b>

Quadro 5: previsão de custo utilizando os staffs do pregão eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD, com a participação dos militares como staffs, no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016

Etapa	Quantidade de staffs	Valor por Etapa (R\$ 98,00 por staff)
1ª	50	R\$ 4.900,00
2ª	37	R\$ 3.626,00
3ª	45	R\$ 4.410,00
4ª	62	R\$ 6.076,00
<b>TOTAL</b>	<b>194</b>	<b>R\$ 19.012,00</b>

Somando o total gasto com os staffs (sem a participação dos militares) e o total gasto (previsão) com as horas dsr dos servidores nas quatro etapas do Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016, chegamos ao valor previsto de investimento no recurso humano de R\$ 46.108,44 (quarenta e seis mil cento e oito reais e quarenta e quatro centavos). Comparado ao valor gasto no ano de 2015, como podemos ver no quadro 2, para o ano de 2016 o custo excede ao do ano anterior em R\$ 3.583,48 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos), um aumento de 8.42%.

No entanto, se o exército continuar a apoiar os eventos em 2016, o número de staffs utilizados diminuirá, conforme vemos no quadro 5, e o somatório do total gasto com staffs e com as horas dsr dos servidores será de R\$ 34.348,44 (trinta e quatro mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), representando uma economia de R\$ 8.176,52 (oito mil cento e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, 19,23%.

As horas dsr gastas no ano de 2015 com os servidores da SMELJ no Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2015 somam 1.056 (mil e cinquenta e seis) horas. Para este ano, a previsão de horas será de 392 horas dsr para as quatro etapas, como podemos ver no quadro 3, representando um valor anual investido de R\$ 15.336,44 (quinze mil reais trezentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos). A economia prevista para o número de horas será de 37,14%.

Não obstante, vemos que o custo total do circuito no ano de 2015 foi de R\$ 283.731,54 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos) e para o ano de 2016, prevemos que o custo do circuito poderá ser de R\$ 287.315,12 (duzentos e oitenta e sete mil trezentos e quinze reais e doze centavos), ou seja, 1,25% maior, pois este panorama se concretizará se o apoio dos militares não se efetivar. Porém, se os militares apoiarem os eventos, o custo total do circuito para o ano de 2016 será de R\$ 275.555,02 (duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos), uma economia de 2,89%.

## 5 CONCLUSÃO

O processo de administrar um projeto como o Circuito de Corridas de Rua de Curitiba é complexo e exige o entendimento e atendimento das necessidades dos diversos interessados em seu sucesso, neste caso, por exemplo, a Prefeitura de Curitiba, os corredores, entre outros. Maximiano (2008) diz que o sucesso do projeto depende da qualidade do planejamento, da habilidade de tomar decisões para realizar atividades temporárias com o objetivo de fornecer um resultado e de orientar os esforços para este resultado. Assim, a decisão tomada para reduzir os custos do Circuito de Corridas de Rua Curitiba 2016 foi à realização de um pregão eletrônico, na modalidade de registro de preço (ROSA, 2012) para a contratação de staffs.

Observando os resultados (previsão), teremos duas interpretações diferentes sobre o que poderemos alcançar no ano de 2016 no que diz respeito à redução de custos e qualidade dos eventos. A primeira é que com a realização do pregão eletrônico nº 348/2015 teremos a possibilidade de contratar o número de staffs necessários, conforme solicitação da SETRAN, para cada prova, obtendo a segurança necessária e o atendimento de qualidade aos atletas que participam das corridas de rua organizadas pela SMELJ, não dependendo mais do apoio dos militares como staffs. A segunda é sobre o ponto de vista financeiro dos eventos, onde poderá haver economia ou maiores gastos com recursos humanos. Em uma perspectiva para o ano de 2016, de que se consiga manter o apoio dos militares nos eventos, dando o suporte como staffs, obteremos uma redução de 19,23% no valor gasto com os recursos humanos em relação ao ano anterior. Valor este significativo e que daria robustez a nossa medida de redução de custos. Em outra perspectiva, se o apoio dos militares não se efetivar, será gasto 8,42% a mais do que em 2015 para o pagamento dos servidores da SMELJ.

Porém, ao observarmos o que o Decreto nº 1099/2014 e a Portaria nº 1685/2015 preconizam, que é a redução do número de horas dsr, obteremos sucesso, uma vez que independente do apoio ou não dos militares nos eventos, a redução das horas dsr despendidas para o pagamento dos servidores será 37,14% menor do que no ano de 2015.

Não obstante, temos claro que o objetivo deste projeto somente será atendido se o apoio dos militares se efetivar. O custo total do Circuito de Corridas de Curitiba 2015 foi de R\$ 283.731,54 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos) e para o ano de 2016 teremos dois valores diferentes: com o apoio dos militares, o recurso financeiro despendido será de R\$ 275.555,02 (duzentos e setenta e

cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos), 2,89% menor que em 2015; sem o apoio dos militares o recurso financeiro despendido será de R\$287.315,12 (duzentos e oitenta e sete mil trezentos e quinze reais e doze centavos), 1,25% maior que em 2015.

Portanto, podemos dizer que a proposta técnica elaborada para a redução dos custos no Circuito de Corridas de Rua de Curitiba, a qual foi a realização de um pregão eletrônico para a aquisição de staffs através do sistema de registro de preços pelo período de doze meses, não será efetiva, uma vez que a redução dos custos estará atrelada a uma variável incontrolável, que será o apoio ou não dos militares nos eventos de corridas de rua da SMELJ.

## REFERÊNCIAS

CURITIBA. **Lei Orçamentária Anual nº 14781 de 29 de dezembro de 2015**. Curitiba, p. 15, dez 2015.

CURITIBA. **Decreto nº 1386 de 29 de dezembro de 2015**. Curitiba, p. 36, dez 2015.

DALLARI, M. M. **Corrida de Rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo**. São Paulo: USP, 2009. 130p. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, 2009.

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de Corrida de Rua: uma abordagem fisiológica e metodológica**. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2014.

ESPORTE, DEPARTAMENTO DE. **Relatório Anual de Eventos 2015**. Curitiba, p. 12, dez 2015.

MANHÃES, E. D. **Política de Esportes no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, J. M. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRONI, M. W. **Proposições para o estudo do esporte contemporâneo**. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 166-182, setembro 2011.

ROSA, R.A. **Gestão Logística**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: CAPES: UAB, 2012.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

ZANINELLI, J. E. **Caminhar e Correr: saúde e bem estar**. 2. Ed. Londrina: Midiograf, 2014.

IMAP, Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão SMELJ**. 2015.

**Anexo A: Decreto nº 1099 de 29 de outubro de 2014.****PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA****DECRETO Nº 1099**

Institui o Programa de Melhoria da Receita e do Gasto Público e dispõe sobre medidas de redução de despesas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

considerando que no ano de 2013 e nos primeiros meses de 2014 foram tomadas várias medidas de racionalização, de aprimoramento do controle da execução orçamentária e das compras governamentais que resultaram em uma economia de R\$ 247.971.981,37 sem esgotar, porém, as possibilidades de racionalização e melhoria, pelo aprimoramento dos processos de trabalho;

considerando que o resultado acima só foi possível mediante um significativo esforço de redução de custos administrativos realizados nos contratos de telefonia, locação de veículos, passagens e informática e nos gastos com combustível, fornecimento de água, energia elétrica, locação de espaços e materiais de consumo. A redução média foi de 15%, chegando a 55% dos valores anteriormente gastos;

considerando que medidas adicionais são necessárias para atingir o equilíbrio entre receitas e despesas no curto, médio e longo prazo, preservando a qualidade da prestação dos serviços públicos e a capacidade de investimento em projetos prioritários do governo;

considerando que a responsabilidade de gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar a sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, segundo os critérios estabelecidos no artigo 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000,

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta, o Programa de Melhoria da Receita e do Gasto Público, organizado em três níveis de ações, conexas e complementares entre si, de acordo com a sua abrangência e seu prazo de implementação:

I - Fase I - Ajuste Imediato: Ações de curto prazo para a redução de gastos, conforme disposto nos artigos 3º ao 6º, deste decreto;

II - Fase II - Ações de curto e médio prazos para o Gerenciamento Matricial da Receita e da Despesa, definidas a partir da análise e redimensionamento dos processos de receitas e despesas, utilizando-se de ferramentas de tecnologia de informação, visando a otimização e reorganização dos fluxos operacionais e de tomada de decisão;

III - Fase III - Projeto PMAT-BNDES: Projeto de Modernização da Administração Pública de Curitiba, com objetivo de tornar a cidade um polo de crescimento inteligente, sustentável e socialmente inclusivo.

Art. 2.º O Programa de Melhoria da Receita e do Gasto Público possui os seguintes objetivos:

I - aperfeiçoamento dos processos e gestão da arrecadação de tributos;



II - otimização das despesas com custeio, pessoal e investimentos, com metas definidas, envolvendo o monitoramento dos resultados;

III - aumento e melhoria da capacidade de investimento do Poder Público Municipal em sintonia com a melhoria da qualidade de vida da população curitibana.

Parágrafo único. As medidas de racionalização e redução do gasto público previstas neste decreto deverão ser implementadas sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados à população.

Art. 3.º O programa terá sua execução acompanhada, monitorada e avaliada pelo Comitê Gestor, composto com o seguinte:

I - representante da Secretaria Municipal de Finanças;

II - representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração;

III - representante da Secretaria Municipal de Recursos Humanos;

IV - representante da Secretaria do Governo Municipal;

V - representante da Secretaria de Tecnologia e Informação;

VI - representante do Instituto Municipal de Administração Pública.

§ 1º O Comitê Gestor publicará Instrução Normativa conjunta prevendo medidas de racionalização e economia de despesas administrativas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 2º O Comitê Gestor encaminhará mensalmente relatório gerencial de suas atividades ao Prefeito Municipal.

Art. 4.º Para fins do cumprimento do resultado fiscal programado para o exercício de 2014 e equilíbrio da despesa pública, ficam suspensos até 28 de fevereiro de 2014:

I - despesas de capital exceto os autorizados pelo Comitê de Investimento com comprovada disponibilidade orçamentária;

II - emissão de ordem de serviço para contratos de serviços de engenharia e de obras, excetuando as autorizações para início do serviço ou obra, mediante convênio com recursos da União ou do Estado, se comprovada disponibilidade orçamentária e financeira quando requerer contrapartida municipal;

III - criação de funções gratificadas e cargos comissionados; IV - autorização para realização de concursos de pessoal;

V - uso dos veículos oficiais nos finais de semana e feriados, excetuando-se os serviços essenciais.

Parágrafo único. Excetuam-se da suspensão estabelecida no caput as despesas decorrentes de obrigação legal ou constitucional referentes a serviços essenciais, de extrema necessidade, ou emergenciais, com risco ou prejuízo para a municipalidade, desde que justificadas pelo dirigente do órgão ou entidade.

Art. 5º Os dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta deverão efetuar corte não inferior a 10% do valor agregado mensal de Outras Despesas Correntes, preferencialmente nas despesas com material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e locomoção, alugueis, serviços de terceiros de pessoas físicas e jurídicas e outros contratos, realizando, quando necessária, a supressão contratual.

Parágrafo único. Para fins de registro e controle, cada órgão deverá encaminhar ao Comitê Gestor, no prazo de 30 dias da publicação do presente decreto, o levantamento dos contratos que serão reduzidos, indicando para cada contrato, o valor mensal atual, o valor mensal devido após a redução e ou supressão.

Art. 6º Os dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta procederão revisão de concessão de horas extras, regime integral de trabalho (RIT) e descanso semanal remunerado

(DSR), alinhado com as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos, com intuito de otimização dos recursos e administração dos serviços sem prejuízo do regular funcionamento.

Parágrafo único. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Recursos Humanos repassar ao Comitê Gestor o impacto da redução proposta pelos órgãos da Administração Pública.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, 29 de outubro de 2014.

Gustavo Bonato Fruet - Prefeito Municipal



**Anexo B: Portaria nº 1685 de 27 de agosto de 2015**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

## PORTARIA Nº 1685

Estabelece procedimento relativo à  
autorização para a realização de serviço  
em horário extraordinário pelos servidores  
municipais

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais,

considerando as normas legais que conceituam e regem, no âmbito do regime estatutário municipal, a realização de serviço em horário extraordinário pelos servidores municipais, em especial:

§ os artigos 132 e 140, da Lei Municipal nº 1.656, de 21 de agosto de 1958 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

§ o artigo 22, da Lei Municipal nº 6.761, de 08 de novembro de 1985 – Estatuto do Magistério Público Municipal;

§ o artigo 6º, da Lei Municipal nº 13.769, de 28 de junho de 2011, o qual foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.894, de 30 de novembro de 2011;

considerando a necessidade de proporcionar ao servidor municipal a melhoria das condições de promoção de sua saúde;

considerando que a sobrecarga de horas de trabalho comprovadamente resulta em agravos na qualidade de vida do servidor, seja pela redução dos períodos de repouso ou pela limitação dos horários de convívio social e familiar;

considerando os agravos decorrentes da realização habitual de jornadas superiores às estabelecidas legalmente para o cargo, implicam no aumento do risco de acidentes de trabalho ou no surgimento e/ou desenvolvimento de patologias ligadas ao trabalho;

considerando as competências atribuídas à Secretaria Municipal de Recursos Humanos pelo artigo 19, da Lei Municipal nº 7.671, de 10 de junho de 1991, com a redação dada pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº 11.712, de 27 de abril de 2006, especialmente:

- a) o planejamento operacional e a execução das atividades de administração de pessoal;
- b) a elaboração da folha de pagamento;
- c) a higiene e segurança do trabalho;
- d) a execução da política geral de recursos humanos;
- e) a administração das dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias relativas ao sistema central que representa;

considerando a delegação de competência do Prefeito Municipal, contida no Decreto Municipal nº 25, de 02 de janeiro de 1997, que atribui à Secretaria Municipal de Recursos Humanos a responsabilidade pela prática de atos de concessão ou supressão de horas extraordinárias,

RESOLVE:

Art. 1º Fica condicionada a realização de serviço em horário extraordinário pelos servidores municipais de Curitiba, integrantes dos quadros de pessoal da Administração Direta à autorização expressa da Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Parágrafo único. O procedimento de autorização obedecerá ao disposto na presente portaria, não produzindo qualquer efeito a realização de horário extraordinário e respectivo lançamento na frequência do servidor em desacordo com o procedimento ora estabelecido.

Art. 2º Quando necessária a realização de horário extraordinário para a execução de serviços de natureza eventual que componham o planejamento executivo do órgão, deverá ser encaminhado pedido de autorização prévia com antecedência mínima de 1 semana em relação ao início da ação e, no caso de ação por prazo estendido, 1 semana antes do início de cada mês de apuração da frequência, sempre observado o limite de horas estabelecido pelo Decreto Municipal nº 141, de 11 de janeiro de 2011.

§ 1º O pedido deverá ser encaminhado por meio de ofício assinado pelo titular do órgão, Secretário Municipal ou outra autoridade que detenha delegação de competência para essa finalidade, dirigido à Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

§ 2º O ofício deverá especificar a ação a ser realizada, o horário e período de execução e a justificativa que evidencie a “comprovada necessidade”.

§ 3º Deverá ser encaminhada a relação nominal dos servidores para quem se pleiteia a autorização, com as respectivas matrículas e valor financeiro estimado.

§ 4º O conteúdo do ofício deverá ser antecipado por meio de correspondência eletrônica dirigida de forma conjunta à Secretária e ao Superintendente de Recursos Humanos, e à Coordenação do Núcleo de Recursos Humanos responsável pelo atendimento ao órgão, visando agilizar a análise, o que não dispensa a sua formalização segundo o disposto pelo caput e § 1º deste artigo.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Recursos Humanos, após a finalização do lançamento da frequência pelos órgãos da Administração Direta, procederá a conferência das autorizações prévias.

Art. 4º A negativa ou a ausência de manifestação da Secretaria Municipal de Recursos Humanos nos pedidos de autorização prévia constitui impedimento para a realização da ação em horário extraordinário.

Art. 5º Relativamente às Autarquias e Fundações de Direito Público do Município, permanece inalterada a competência dos Presidentes para autorização e execução de horários extraordinários de seus respectivos servidores desde que, de forma isonômica aos demais servidores, seja atendido o disposto nesta portaria.

Art. 6º Constituirá justificativa para a “comprovada necessidade”, referida no artigo 2º desta portaria, as situações seguintes:

- I – aumento do volume de serviço ou demanda que, momentaneamente, extrapolem a atividade normal e rotineira da unidade dentro de seu horário regular de atendimento ;
- II – afastamentos não previsíveis por motivos de saúde que não seja possível solucionar com a adoção de medidas de organização do trabalho;

Art. 7º A realização, lançamento e pagamento de horas extraordinárias em desacordo com o disposto na presente portaria implicará em responsabilização dos envolvidos.

Art. 8º Em face do disposto na legislação que regula a prestação de serviço extraordinário na Administração Municipal, não é permitido qualquer registro de horas a título de “créditos de horas”, “acumulação não oficial de horas”, “bancos de horas”, “caderno ou lista de horas em haver”, “horas antepostas” ou outros mecanismos similares.

Parágrafo único – Não estão incluídas na vedação deste artigo as reposições de horários definidas por atos normativos da Administração.

Art. 9º O disposto na presente portaria aplica-se aos lançamentos sob título de “horas extras”, “diferença de horas extras”, “horas DSR” e “diferença de horas DSR”.

Art. 10 Os casos omissos deverão ser encaminhados para análise e validação da Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 11 A Secretaria Municipal de Recursos Humanos expedirá normas complementares de natureza operacional por meio de ofícios.

Art. 12 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de agosto de 2015.

Secretaria Municipal de Recursos Humanos, 27 de agosto de 2015.

Meroujy Giacomassi Cavet - Secretária Municipal  
de Recursos Humanos



## **Anexo C: Norma 07 – Reconhecimento e Homologação de Corridas de Rua**

### **NORMA 07**

#### **RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE CORRIDAS DE RUA**

*Em vigor a partir de 01/01/2015*

##### **1. Princípios Gerais**

- § Somente a Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt tem poderes para oficializar eventos de Atletismo em todas as suas formas - pista e campo, corridas de rua, marcha atlética, cross country, corrida em montanha, corrida em areia e corridas de obstáculos militares, dentre outras corridas – em todo o território nacional.
- § Anualmente. A CBAAt emite para as principais Corridas de Rua do país o Permit CBAAt de Corrida de Rua, obedecida a Regra 240 da IAAF e as disposições desta Norma.
- § As Corridas de Rua devem ser divididas em três categorias:
- Maratona;**  
**Meia- Maratona;**  
**Outras Distâncias** – incluindo as categorias abaixo:
- Corridas em distâncias padrão: 10km – 15km - 20km – 25km – 30km – 100km – Ultramaratona de 24 horas e Maratona e Meia Maratona em Revezamento;  
Corridas Clássicas, em distâncias não oficiais.
- § Haverá três tipos de Permit para cada uma dessas categorias:
- Permit CBAAt Ouro para provas nacionais (antiga categoria A-1);  
Permit CBAAt Prata para provas nacionais (antiga categoria A-2);  
Permit Bronze para provas estaduais (emitido pela federação estadual de Atletismo respectiva).
- § Esta norma pode ser alterada anualmente pela CBAAt.

##### **2. Solicitações/Permits**

- f) A solicitação para obter um Permit CBAAt - Ouro e Prata - deve ser apresentada pelos Organizadores de Corridas (pessoas jurídicas) que estejam em conformidade com as condições mencionadas nesta Norma e seus anexos para a CBAAt.
- g) A solicitação para obter um Permit Bronze deve ser apresentada pelos Organizadores de Corridas (pessoas jurídicas) que estejam em conformidade com as condições mencionadas nesta Norma e seus anexos para a respectiva federação estadual de Atletismo.
- h) Os organizadores devem apresentar para a CBAAt a solicitação, dentro do prazo fixado (ver item 2.4 abaixo), utilizando o formulário apropriado para a solicitação do Permit CBAAt.
- i) As solicitações devem ser acompanhadas do pagamento da respectiva taxa de reconhecimento, conforme abaixo:

§Permit CBAAt Ouro: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

§Permit CBAAt Prata: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

§ Permit Bronze – valor a ser definido pela respectiva Federação Estadual, ficando limitado ao máximo de 50% do valor da taxa da CBAAt para a prova Permit Ouro.

Quando duas provas são realizadas simultaneamente, cada prova deve ter a sua própria solicitação de Permit e as taxas deverão ser pagas em separado para cada prova.

A taxa prevista acima é exclusivamente para a emissão do Permit pelas entidades respectivas, cumpridas as exigências técnicas das normas, não englobando a prestação de serviços ou de apoio adicionais a serem prestados pelas Federações Estaduais aos organizadores, caso seja do interesse destes, sem prejuízo do pagamento dos árbitros conforme determinado nestas normas, os quais devem ser objeto de acordo específico para cada prova entre a entidade estadual e o organizador.

- 2.5 As solicitações devem ser apresentadas para a CBAAt com antecedência, mínima, de sessenta (60) dias da data da prova.
- 2.6 O Permit terá validade de um ano.
- 2.7 A aceitação ou rejeição de uma solicitação é de critério exclusivo da CBAAt e deve basear-se no total cumprimento dos critérios de corrida de rua listados nesta Norma.
- 2.8 As solicitações de corridas que não foram homologadas, só serão aceitas após pelo menos duas edições anteriores à data do pedido.
- 2.9 A CBAAt tem o direito de recusar a renovação de um Permit para qualquer Corrida que falhe no cumprimento das Regras da IAAF e Normas de Corrida de Rua da CBAAt.

### **3. Obrigações / Requerimentos para Organizadores**

#### **3.1 Atletas**

##### *Participação Internacional*

As corridas de rua realizadas no Brasil são destinadas, em princípio, à participação de atletas brasileiros natos ou naturalizados. A participação de atletas estrangeiros, sem prejuízo do disposto na Norma 9 – Participação de Atletas Estrangeiros no Atletismo Brasileiro, da CBAAt, obedecerá aos seguintes limites:

- a) Permit CBAAt Ouro: podem ser inscritos até 3 (três) atletas por país no masculino e 3 (três) atletas por país no feminino.
- b) Permit CBAAt Prata: podem ser inscritos até 2 (dois) atletas por país no masculino e 2 (duas) atletas por país no feminino.
- c) Permit Bronze: pode ser inscrito 1 (um) atleta por país no masculino e 1 (uma) atleta por país no feminino.
- d) Os convites para participação de estrangeiros devem ser emitidos, especificamente, pelos organizadores das provas, devendo ser cumprida a legislação específica para entrada dos mesmos no Brasil, no tocante a vistos, bem como as Normas da IAAF para tal.

- e) Os organizadores devem encaminhar cópia dos convites previstos na alínea d), enviados para atletas estrangeiros, para a CBAAt.

### 3.2 Corredores de Elite

- 3.2.1 Fica a critério de cada organizador o estabelecimento de “Pelotões de Elite”, destinados a atletas de melhor nível técnico, cabendo aos mesmos organizadores os critérios para admissão de atletas em tais pelotões.
- 3.2.2 Os prêmios em dinheiro e quaisquer bônus de desempenho deverão ser pagos pela Organização da Corrida imediatamente após a confirmação aos organizadores de que quaisquer exames antidopagem realizados na corrida são negativos.

### 3.3 Delegado Técnico da CBAAt

- 3.3.1 A CBAAt nomeará um ou mais Delegados Técnicos para participar de corridas que tenham solicitado ou receberam um Permit de Corrida de Rua da CBAAt. O(s) delegado(s) também estará(ão) disponível para auxiliar a organização da prova, se tal assistência for solicitada pelo Diretor de Corrida. Para as provas Permit Bronze caberá a respectiva federação estadual de Atletismo indicar o Delegado Técnico.
- 3.3.2 A organização da prova será responsável pelo seguinte para um Delegado Técnico designado: viagem aérea em classe econômica para distâncias superiores a 300km (trechos menores em passagens rodoviárias), hospedagem no local por três noites no máximo, refeições e transporte local.
- 3.3.3 A Organização da corrida deve fornecer todos os passes e credenciais necessárias para dar acesso às áreas operacionais exigidas e, geralmente, facilitar o trabalho do(s) delegado(s).

### 3.4 Médico e Antidopagem

- 3.4.1 A organização da Corrida deve indicar um Diretor Médico para a prova e providenciar atendimento médico, com número de ambulâncias e postos de apoio proporcionais ao número de inscritos e às condições climáticas previstas para o dia da prova, conforme segue:

- no mínimo, uma ambulância UTI fixa na chegada junto ao posto médico equipado com macas, equipamentos e medicamentos necessários;

- no mínimo uma segunda ambulância para acompanhar o percurso da prova, porém nunca na frente do cortejo;

- ambas deverão estar munidas de equipamentos e materiais de primeiros socorros, inclusive oxigênio e desfibrilador, assim como contar com médico ou paramédico, enfermeiros e pessoal devidamente capacitado.

#### 3.4.2 Controle de Dopagem

Todos os controles devem ser realizados de acordo com os Regulamentos Antidopagem da Comissão Nacional Antidopagem – CONAD da CBAAt e com o documento anexo, com todos os custos para o Organizador da Corrida. O número mínimo de amostras a serem coletadas será:

- Corridas com Permit CBAAt Ouro: dez (10) controles;

- Corridas com Permit CBAAt Prata: oito (8) controles;



- Corridas com Permit Bronze, que possuam premiação pecuniária igual ou superior de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): quatro (4) controles.

3.4.3 As amostras de dopagem serão analisadas pelo laboratório credenciado da WADA, como recomendado pela CONAD/CBAAt.

3.4.4 Controles de dopagem adicionais devem ser realizados sistematicamente quando um Recorde Mundial, e/ou um Recorde de Área (Sul-Americano). e/ou um Recorde Brasileiro foi quebrado ou igualado.

### 3.5 Organização

3.5.1 As corridas de rua deverão ser organizadas de acordo com as Regras de Competição da IAAF e as Normas da CBAAt, particularmente no que diz respeito à saúde e segurança dos participantes e staff.

3.5.2 Caberá à respectiva federação estadual de Atletismo a indicação de árbitros para atuarem na corrida, com a função específica de acompanhar a largada, cortejo e chegada, sendo responsáveis pela classificação nominal dos vencedores e seus tempos individuais oficiais (no mínimo vinte atletas por sexo – tempo determinado por cronometragem manual da Federação).

3.5.3 Os organizadores devem providenciar o pagamento da taxa dos árbitros que atuarem na prova, diretamente a estes, observado o valor constante do Regimento de Taxas da CBAAt, disponível em seu web-site.

3.5.4 O(s) Delegado(s) Técnico(s) da corrida deve acompanhar a prova em uma motocicleta para garantir o cumprimento das Regras de Competição da IAAF e Normas da CBAAt.

3.5.5 O Diretor da Prova deverá assegurar que todos os competidores e staff estão totalmente cientes das Regras de Competição da IAAF e Normas da CBAAt.

3.5.6 As corridas deverão ser organizadas em conformidade com todas as leis e regulamentos locais.

3.5.7 A Corrida com Permit deve ser iniciada independentemente de qualquer outra corrida.

3.5.8 Nas corridas com Permit CBAAt Ouro e Prata, que tenham um significativo número de atletas inclusos nos pelotões de elite, deve ser montada uma Câmara de Chamada, conforme previsto nas Regras Internacionais do Atletismo. A Câmara de Chamada deve ser montada na área de concentração, no ponto em que os atletas dos pelotões de elite têm acesso a sua área de largada.

3.5.9 Para as provas com Permit CBAAt Ouro e Prata, realizar, obrigatoriamente, a largada do pelotão de elite feminino antes da largada do pelotão de elite masculino, e do grupo de largada geral, observando o seguinte intervalo de tempo mínimo entre a largada da elite do feminino para a largada da elite do masculino, em conformidade com a distância do percurso:

Percurso de 10km – intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos.

Percurso de 15km – intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos.

Percurso de Meia-maratona – intervalo mínimo 25 (vinte e cinco) minutos.

Percurso de Maratona (42.195m) – intervalo mínimo de 50 (cinquenta) minutos.

3.5.10 Se outra(s) corrida(s) forem organizadas ao mesmo tempo em que a corrida com Permit, não deve haver interrupção pelos participantes dos outros eventos na Corrida com Permit.

- 3.5.11 Os organizadores devem providenciar guarda-volumes no local de largada e chegada da prova para todos os participantes, garantindo o transporte de tais volumes do local de largada para o local de chegada, quando estes não forem coincidentes, alertando no momento da inscrição de que os organizadores não são responsáveis pelo conteúdo dos volumes entregues.
- 3.5.12 Os organizadores devem providenciar a colocação de banheiros químicos em número suficiente, à disposição de todos os participantes no local de largada e chegada da prova e ao longo do percurso, preferencialmente junto ao posto de hidratação, sendo um masculino, um feminino e um para pessoas com deficiência (se for o caso), em provas com mais de 10 km.
- 3.5.13 Os organizadores da prova devem marcar as linhas de largada e chegada em conformidade com as Regras da IAAF, as quais devem ser pintadas no chão com largura de até trinta (30) centímetros, em qualquer cor que contraste com o piso.
- 3.5.14 Realizar o Congresso Técnico, no dia anterior ao da prova, com a participação dos atletas integrantes dos pelotões de elite e de seus treinadores e/ou representantes, do Delegado Técnico indicado pela CBAAt, do Oficial de Controle de Dopagem indicado pela CBAAt para a prova, e do Medidor Oficial para as provas com Permit CBAAt Ouro e Prata, com a finalidade de informar todos os procedimentos relativos à prova e fiel cumprimento das regras oficiais da IAAF e desta Norma.

### 3.6 Inscrições nas Provas

- 3.6.1. Realizar as inscrições com absoluto rigor e clareza, devendo constar nome, data de nascimento, sexo, número da identidade e, em havendo, outros documentos oficiais dos atletas. No caso de atletas estrangeiros, constar da lista de estrangeiros autorizados a competir no Brasil, mantida pela CBAAt no seu site ([www.cbat.org.br](http://www.cbat.org.br)).
- 3.6.2 Divulgar o regulamento da prova constando do mesmo as instruções detalhadas de horários, locais, premiação (incluindo pecuniária, se houver), existência de provas participativas e/ou caminhadas, e todas as demais informações e obrigações de interesse dos participantes.
- 3.6.3 Deve ser observado que o desporto para as pessoas portadoras de necessidades especiais é regulado e dirigido por entidades específicas, não cabendo à CBAAt ou às Federações suas filiadas a organização de eventos nessa área do desporto. No entanto, considerando-se o caráter de manifestação de massa que as corridas de rua possuem, a participação de atletas portadores de necessidades especiais deverá ser realizada da seguinte forma:
- a) Os atletas portadores de necessidades especiais, aceitos como inscritos na prova, que utilizem cadeiras de rodas para participar, devem largar antes dos demais participantes, com um intervalo mínimo de 10 (dez) minutos, com a finalidade de serem evitados acidentes.
  - b) Os demais atletas portadores de necessidades especiais, aceitos como inscritos na prova, devem largar juntamente com os demais participantes, no pelotão geral. No caso particular dos deficientes visuais, estes deverão ser obrigatoriamente acompanhados por guias, identificados como tal pela organização da prova com camisas ou números de cores diferentes.
- 3.6.4 As faixas etárias oficiais da CBAAt são as constantes de sua Norma 12, disponível no website da entidade, assim como a idade mínima para participação em corridas de rua.

### 3.7 Medição

- 3.7.1 Percursos devem ser medidos dentro de um período de 5 anos que antecedem a corrida por um Medidor Oficial da CBAAt e um Certificado de Medição Nacional será emitido pela CBAAt a menos que o percurso tenha alterações desde a última medição, devendo neste caso ser realizada uma nova medição. O medidor oficial original ou outro oficial qualificado com uma cópia da documentação que detalha o percurso medido oficialmente deve acompanhar a prova num veículo a frente durante a competição para assegurar que o percurso utilizado pelos atletas está de acordo com o percurso medido e documentado pelo medidor oficial original.
- 3.7.2 A Norma 10 da CBAAt – Medições de Percursos de Rua deverá ser cumprida na íntegra. Os pontos de controle intermediários serão medidos e marcados pelo Medidor e incluídos no mapa do percurso.
- 3.7.3 No caso de corridas separadas entre homens e mulheres, um Medidor certificado ou outra pessoa devidamente qualificada, indicado pelo Delegado Técnico da prova, deve estar no veículo a frente de cada corrida.

### 3.8 Fechamento de Ruas

- 3.8.1 Todo o percurso deve ser fechado ao tráfego de veículos, com a exceção de veículos oficiais, para a duração do evento até o tempo de corte publicado. A largada terá o tráfego liberado após o último corredor começar e a Chegada terá o tráfego liberado após todos os corredores acabarem ou o tempo limite ser atingido.
- 3.8.2 No caso de duas vias rápidas, apenas a pista em que os participantes correrão precisará ser fechada para o tráfego de veículos.
- 3.8.3 A segurança de todos os corredores é fundamental; portanto, polícia e / ou controladores de tráfego devem estar presentes em todas as interseções/cruzamentos.

### 3.9 Marcadores de Ritmo (Coelhos)

- 3.9.1 Marcadores de Ritmos (Coelhos) estão autorizados e devem ser claramente identificados através de um uniforme distinto e/ou a palavra “PACE” em seu peito, assim como o seu nome e número de competição. Eles devem estar disponíveis para todos os atletas capazes no tempo informado. Eles devem ser apresentados a todos os corredores no antes da corrida.
- 3.9.2 Marcadores de Ritmo (Coelhos) não devem ajudar nem impedir o progresso de qualquer participante na corrida e não devem entregar bebidas para qualquer competidor.

### 3.10 Hidratação / Esponjas e Estações de Abastecimento

- 3.10.1 Bebidas / Esponjas e Postos de Abastecimento adequadamente montados pelos organizadores devem estar disponíveis no percurso.
- 3.10.2 Água e isotônicos devem ser fornecidos gratuitamente para todos os participantes no percurso e na área de chegada.
- 3.10.3 Atletas só devem receber água ou isotônicos nos postos oficiais montados pela organização da corrida.

### 3.11 Cronometragem, Processamento de Dados e Resultados

- 3.11.1 Todos os finalistas devem receber um resultado exato.

- 3.11.2 Corridas devem fornecer tempo totalmente eletrônico através de transponders (chips). Tempo real e resultados finais devem estar disponíveis para mídia, espectadores e online.
- 3.11.3 O Carro Relógio deve preceder os líderes da corrida, indicando o tempo decorrido desde o início da corrida; no caso de corridas mistas, o Carro Relógio deve preceder tanto os homens quanto as mulheres líderes das corridas.
- 3.11.4 No caso de sistema eletrônico usado, a Organização da Corrida deverá publicar duas listas de tempo, a oficial baseada no tempo oficial desde o tiro de partida e a segunda para os atletas baseada no tempo líquido (desde o momento que o atleta cruza a largada até a sua chegada).
- 3.11.5 Recomenda-se que tempos parciais sejam devidamente registrados e disponibilizados para estatísticas, registros e fins de julgamento.
- 3.11.6 Resultados Oficiais para todos os participantes, bem como os tempos parciais devem ser disponibilizados a todos (atletas, mídia, espectadores) e publicados no site da prova dentro do menor tempo possível.
- 3.11.7 Os organizadores devem enviar por e-mail para a CBAAt com os resultados oficiais da competição dos cem (100) primeiros homens e cem (100) primeiras mulheres imediatamente após a prova.

### 3.12 Imprensa

Serviços a serem prestados à imprensa e fotógrafos devem incluir os seguinte requisitos mínimos:

#### Corridas Com Permit CBAAt Ouro e Prata

Serviços de Resultados	Entrega individual de resultados (em papel) dos vinte primeiros colocados (masculino e feminino)
Internet/Web	Site dedicado com start-list e resultados on line

#### Corridas com Permit Bronze

Serviços de Resultados	Entrega individual de resultados (em papel) dos dez primeiros colocados (masculino e feminino)
Internet/Web	Site dedicado com start-list e resultados on line, se possível

### 3.13 Promoção

- 3.13.1 Os organizadores de corrida devem exibir, com custo seu, pelo menos duas placas da CBAAt (ou banners) na área final dentro dos últimos 100 metros e/ou exibir o logotipo do Permit CBAAt de Corrida de Rua no pórtico de chegada fornecido pela CBAAt.
- 3.13.2 O logotipo do Permit CBAAt de Corrida de Rua relevante será visível na página inicial do site da corrida.
- 3.13.3 Os organizadores de corrida devem incluir o logotipo relevante CBAAt de Corrida de Rua em todo material impresso (ou seja, brochuras, folhetos, programas oficiais, start-list, resultados). A Logo deverá ser fornecida pela CBAAt.

### 3.14 Seguro

Os organizadores de prova deverão assinar uma apólice de seguro de responsabilidade apropriada para cobrir os riscos para os quais a organização da prova pode ter imputada responsabilidade, incluindo qualquer acidente que possa ocorrer para atletas, árbitros e staff da prova.

### 3.15 Segurança

A segurança dos participantes, staff e árbitros da corrida deve ser a principal preocupação dos organizadores da corrida. Corridas devem respeitar todas as leis municipais, estaduais e nacionais e cooperar plenamente com autoridades locais, a polícia e as administrações de saúde para assegurar o bom andamento da prova, a segurança de todos os participantes e causar mínima perturbação para os moradores locais.

### 3.16 Relatórios – Avaliação

O(s) Delegado(s) Técnico(s) da CBAAt deve completar seu relatório e enviar este formulário para a CBAAt, o mais tardar vinte e quatro (24) horas após a corrida. A CBAAt irá enviar ao Organizador da Prova uma cópia do relatório concluído pelo(s) delegado(s) da CBAAt.

A CBAAt enviará aos Organizadores da prova um Relatório padrão a ser preenchido pela Direção da prova, com informações sobre a mesma, para futuras análises e estatísticas, o qual deverá ser devolvido para a CBAAt até dez (10) dias após a realização da prova.

## **4. Premiação**

- 4.1 A premiação pecuniária oferecida, incluindo bônus para os tempos obtidos, deve ser igual para todos os participantes, independentemente de origem, categoria e sexo - em outras palavras o prêmio em dinheiro para os participantes locais devem ser iguais para homens e mulheres do local sede e para atletas de outras localidades.
- 4.2 Corridas podem oferecer prêmios específicos para incentivo aos atletas locais para incentivar a participação e desenvolvimento regional.

## **5. Protestos**

Todas as disputas e protestos relacionados aos Permit CBAAt de Corrida de Rua serão decididos pela CBAAt.

## **6. Casos Omissos**

Todos os casos omissos nesta Norma são decididos pela CBAAt.



## **Anexo D: Pregão Eletrônico nº 348/2015 – SEPLAD**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

#### **EDITAL DE RESULTADO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 348/2015 SEPLAD**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE STAFFS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

**CRITÉRIO: MENOR PREÇO**

O Pregoeiro, torna público a quem interessar possa, que os itens vencidos e devidamente classificados para as empresas abaixo, no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 348/2015 SEPLAD são:

#### **ALEXANDRE LACHOWSKI MARIA SOBRINHO ME**

Item 2: STAFFS LAZER, 5HR, fornecimento de serviço de staff para auxiliar no carregamento e descarregamento de brinquedos e demais equipamentos que são rotineiros em eventos de recreação e lazer, bem como na organização e monitoramento destes materiais no local do evento; staff com perfil recreativo ou de animador para eventos de lazer; orientação em eventos ciclísticos de lazer, quanto à orientação aos participantes referente ao trânsito. Para todos os staffs será exigido como uniformização mínima o colete identificador da empresa. Incluso no serviço o fornecimento de água e alimentação aos prestadores de serviço, se necessário, pela empresa. Todos os staffs devem ter idade igual ou acima de 18 anos e escolarização mínima o ensino médio completo.

Valor unitário: R\$105,00

Quantidade: 150

Valor total: R\$ 15.750,00

Item 3: STAFFS LAZER, 10HR, fornecimento de serviço de staff para auxiliar no carregamento, descarregamento de brinquedos e demais equipamentos que são rotineiros em eventos, bem como na organização destes materiais no local do evento; staff com perfil recreativo para eventos de lazer; orientação em eventos ciclísticos de lazer, quanto à orientação aos participantes referente ao trânsito. Para todos os staffs será exigido como uniformização mínima o colete identificador da empresa. Incluso no serviço o fornecimento de água e alimentação aos prestadores de serviço, se necessário, pela empresa. Todos os staffs devem ter idade igual ou acima de 18 anos e escolarização mínima o ensino médio completo.

Valor unitário: R\$175,00

Quantidade: 200

Valor total: R\$35.000,00

**Valor total da empresa: R\$ 50.750,00.**

#### **RPA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA - ME**

Item 4: STAFFS ESPORTE, 5HR, fornecimento de serviço de staff para auxiliar no carregamento e descarregamento de material (cones, barracas pantográficas, caixas de água, frutas, cadeiras, mesas, entre outros) rotineiro nos eventos esportivos, bem como na

organização destes materiais no local do evento; orientação de corredores e ciclistas nos percursos das corridas de rua e circuitos de ciclismo, referente a prova e ao trânsito; distribuição de medalhas, copos de água, frutas, entre outros na corrida de rua. Para todos os staffs será exigido como uniformização mínima o colete identificador da empresa. Incluso no serviço o fornecimento de água e alimentação aos prestadores de serviço, se necessário, pela empresa. Todos os staffs devem ter idade igual ou acima de 18 anos e escolarização mínima o ensino médio completo.

Valor unitário: R\$ 98,00

Quantidade: 350

Valor total: R\$ 34.300,00

Item 1: STAFFS ESPORTE, 10HR, fornecimento de serviço de staff para auxiliar no carregamento e descarregamento de material (cones, barracas pantográficas, caixas de água, frutas, cadeiras, mesas, entre outros) rotineiro nos eventos esportivos, bem como na organização destes materiais no local do evento; orientação de corredores e ciclistas nos percursos das corridas de rua e circuitos de ciclismo, referente a prova e ao trânsito; distribuição de medalhas, copos de água, frutas, entre outros na corrida de rua. Para todos os staffs será exigido como uniformização mínima o colete identificador da empresa. Incluso no serviço o fornecimento de água e alimentação aos prestadores de serviço, se necessário, pela empresa. Todos os staffs devem ter idade igual ou acima de 18 anos e escolarização mínima o ensino médio completo.

Valor unitário: R\$175,00

Quantidade: 50

Valor total: R\$ 8.750,00

**Valor total da empresa: R\$ 43.050,00.**

---

**TOTAL GERAL DO PROCESSO Nº 348/2015 SEPLAD = R\$ 93.800,00**

Curitiba, 03 de dezembro de 2015.

CRISTIANO ROBERTO PANTAROTTI

Pregoeiro

CLAUDIO ROBERTO MINOVANE  
Equipe de apoio

CECILIA DOZORSKI  
Equipe de apoio

